

Governo tentou impedir viagem de Levi-Strauss pela Amazônia

Ricardo Arnt

FORTALEZA — O antropólogo francês Levi-Strauss, que renovou os caminhos da antropologia social, penou para conseguir autorização para realizar as pesquisas de campo no Brasil que influenciariam todas as ciências sociais. O governo brasileiro levantou entraves burocráticos e políticos, de inspiração nacionalista, e quase impediu a concretização da Expedição Etnográfica à Serra do Norte, em Mato Grosso e Amazonas, em 1938. Não fosse a decisiva intervenção de Mário de Andrade e a viagem não teria saído. As ciências humanas, talvez, perdessem clássicos como *As estruturas elementares de parentesco*, *Mitologias e Tristes trópicos*.



Permissões para entrada de pesquisadores em áreas indígenas no Brasil, atualmente, estão sob rígido controle da Funai, que discrimina os pedidos dos antropólogos por critérios políticos, dependentes do grau de adesão à política indigenista oficial. A Funai virou o DIP da Antropologia. Em áreas de tensão, como os territórios ianomâmi, em Roraima, não se entra. O acesso aos vaimiri-atroari, atingidos pela inundação do reservatório da hidrelétrica de Balbina, está praticamente sob controle da Eletrobrás. A desconfiança nacionalista contra pesquisadores, ecologistas, antropólogos e linguistas nunca esteve tão aguda.

O paralelo é inevitável diante da comunicação do professor Isidor da Silva Neves, do Museu de Astronomia e Ciências Afins, do Rio de Janeiro, *A expedição Levi-Strauss ao Brasil Central 50 anos após*, apresentada na 41ª reunião da SBPC. Dias Lopes pesquisou acervo do

Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas, sob guarda do Departamento de Documentação do Museu de Astronomia e Ciências Afins, 76 documentos, com 153 folhas, referentes ao período de novembro de 1935 a março de 1939, que cobrem as duas expedições do cientista francês ao Brasil central, em 1935-1936 e 1938.

Levi-Strauss veio ao Brasil em 1935, para lecionar Sociologia na recém-criada Universidade de São Paulo. Sua vocação antropológica se revelaria em contato com os bororos, e os cadiveus de Mato Grosso, que visitou, pela primeira vez, em dezembro de 1935. Na época, era a mulher do cientista, Dina Levi-Strauss, quem se identificava como antropóloga, como consta nos documentos — ministrou um curso sobre folclore no Departamento Municipal de Cultura de São Paulo, dirigido por Mário de Andrade, no qual também trabalhava Sérgio Milliet. Dina fez vários filmes sobre os bororos, os vaqueiros e os fazendeiros do Brasil Central.

No início de 1937, Levi-Strauss pediu licença ao Conselho de Fiscalização de Expedições Artísticas e Científicas para realizar a expedição à região próxima aos rios Juruena e Ji-Paraná (Mato Grosso e Rondônia), composta de um antropólogo (Dina Levi-Strauss), um etnógrafo (o solicitante), um naturalista, um médico, um linguista (que seria Curt Nimuendaju, que acabou não indo) e um chefe de material cartográfico. Posteriormente, incorporou-se à expedição o antropólogo Luís de Castro Arias, que se iniciava no Museu Nacional, no Rio de Janeiro, um dos notáveis da antropologia brasileira, em atividade até hoje. Paul Rivet, diretor do Museu do Homem, em Paris; Heloisa Alberto Torres, do Museu Nacional; e Mário de Andrade, em especial, apoiavam a expedição.

Perseguição — Em carta de 25 de maio de 1937, o presidente do Conselho de Fiscalização de Expedições Científicas, tendo ouvido o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), comunicou a aprovação da licença. Os preparativos lógicos atrasaram a expedição. Foi então que o SPI, então sujeito ao Ministério da Guerra, voltou atrás e impugnou a viagem, alegando seu caráter estrangeiro. Em março de 1938, a licença foi cassada.

Mário de Andrade interveio enviando carta ao presidente do Conselho, transferindo e assumindo a responsabilidade pela expedição ao Departamento Municipal de Cultura de São Paulo. A medida determinava a publicação dos resultados da expedição em português e francês, simultaneamente, em Paris e São Paulo, e a repartição, por igual, das coleções etnográficas recolhidas. Com a nomeação de um delegado brasileiro para a expedição (Castro Farias), Heloisa Torres, do Museu Nacional, garantiu a aprovação de nova licença. Em maio de 1938, a expedição partiu para Mato Grosso.

Levi-Strauss expôs as impressões da viagem em *Tristes trópicos*, onde compara a congestionada (em termos demográficos) civilização da Índia com a jovem cultura dos vastos espaços do Brasil Central.

O debate de Levi-Strauss com outros antropólogos sobre as sociedades do Brasil Central, sua obra sobre a mitologia indígena brasileira e suas interpretações sobre os modos de funcionamento destas sociedades produziram uma obra que transcende a antropologia. "Ela se espalha por todas as ciências humanas, pela literatura, pela música, pela colaboração com as ciências exatas, influenciando de maneira marcante a constituição da antropologia no Brasil", afirma Dias Lopes.

De Xapuri à Praça da Paz Celestial

Geógrafo compara seringueiro com estudante chinês

Ariovaldo Santos

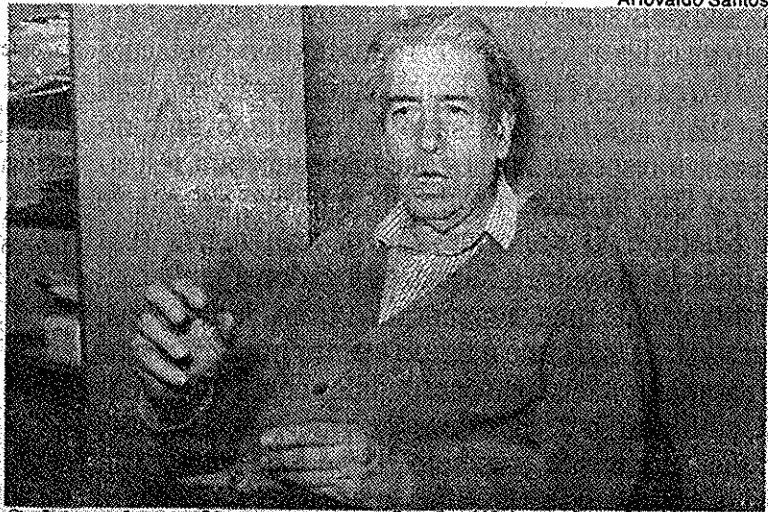
Altamira, no Pará, e Xapuri, no Acre, onde morreu Chico Mendes, têm muito em comum com a *perestroika* e o movimento da Praça Celestial na China. Pelo menos essa é a tese defendida pelo geógrafo e professor da Universidade de São Paulo, Aziz Ab'Saber, à platéia atenta da mesa redonda "De Xapuri a Altamira — Uma interpretação".

Elas não só são "a vanguarda dos movimentos sociais populares da hinterlândia do Brasil", como contêm os elementos fundamentais para a "reconceitualização dos modelos monótonos de desenvolvimento gerados pela Revolução Industrial", disse Ab'Saber. O raciocínio do professor compara os movimentos em Moscou e em Pequim, com o 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em Altamira, e o 1º Encontro dos Povos da Floresta, no Acre. Eles exprimem o direito plural à territorialidade, defende.

— O que esses movimentos proclamam é a necessidade moderna de convivermos com a diversidade, com todos os gêneros de vida no mesmo espaço. O direito que os índios e seringueiros têm à preservação da sua territorialidade física e cultural é o mesmo dos estudantes na China, explicou Ab'Saber.

O carismático geógrafo da USP insistiu que o público não desse ouvidos aqueles que falam em expansão agrária na Amazônia: "Não existe expansão agrária no Acre e na Amazônia. O que há é expansão fundiária, cartorial, sobre as terras de seringueiros e índios". Ab'Saber lembrou à platéia o fato de que os acreanos são cearenses que, no começo do século, liderados pelo gaúcho Plácido de Castro, conquistaram o Acre da Bolívia.

Agora, entretanto, os acreanos-cearenses passaram a temer os sulistas. "O que o Sul traz para o Acre, agora, são as estradas, os bancos, as empresas, a invasão das florestas, a destruição



Saber acha índio a vanguarda da "hinterlândia"

ção da natureza e a expulsão dos seringueiros."

Mas nem tudo é linear na expansão do capitalismo na Amazônia. A decadência dos seringais desagregou o modo pré-capitalista de produção da borracha, que mantinha o seringueiro escravizado ao seringalista. O advento das estradas permitiu aos seringueiros desenvolverem o sindicalismo. Permitiu que redescobrissem a mesma noção de territorialidade que dividem com os índios — depois de tê-los caçados durante 100 anos. Permitiu-lhes, sobretudo, conhecer o ecologismo. "Foi pela estrada que chegaram os pesquisadores da universidade e a Mary Allegretti", disse o geógrafo, referindo-se à assessora do Conselho Nacional dos Seringueiros, ao seu lado.

Allegretti, antropóloga e presidente do Instituto de Estudos Amazônicos, assistente de Chico Mendes, está preocupada com a mistificação das propostas dos seringueiros e a súbita notoriedade que o movimento adquiriu. "A luta dos seringueiros não é uma alternativa para os graves problemas da Amazônia. Não se pode propor a transformação da Amazônia numa reserva extrativista, porque isso é um absurdo econômico, político e his-

tórico. A Aliança dos Povos da Floresta levantou propostas que precisam ser elaboradas, fundamentadas e testadas. Agora é que elas precisam provar sua justeza".

Segundo Allegretti, se for feito hoje um balanço dos resultados da notoriedade adquirida pelos seringueiros do Acre, no Brasil e no mundo, ver-se-á que muito pouco mudou. "Apesar de toda a enorme sensibilização que os seringueiros produziram no país, não houve reflexo na Amazônia. Continua a violência e o mesmo modelo de desenvolvimento destruidor. Se a luta dos seringueiros virar apenas objeto de consumo, nada mudará a correlação de forças", disse a antropóloga.

Os povos da floresta, em Altamira e em Xapuri, tocaram no problema mas não têm a solução. "Xapuri e Altamira são modelos para a reflexão e não alternativas para a Amazônia. Esses episódios levantaram em público a demanda por justiça, por melhores condições de vida e pelo uso racional dos recursos naturais. Agora, é preciso implantar essas teses e formular propostas alternativas. Essa é, precisamente, a contribuição crucial que os cientistas e a SBPC podem dar, agora, à luta dos povos da floresta", disse Mary Allegretti.